



7 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 26 de maio de 2026

Bolsas		Pontuação B3		Dólar		Salário mínimo		Euro		CDI		CDB		Inflação		
Na segunda-feira		IBovespa nos últimos dias		Na segunda-feira		Últimos		Comercial, venda na segunda-feira		Ao ano		Prefixado 30 dias (ao ano)		IPCA do IBGE (em %)		
0,91%	São Paulo	0,58%	Nova York	177.355	20/5	R\$ 5,019	19/maio: 5,040	R\$ 1.621	R\$ 5,843	14,40%	14,33%	Novembro/2025: 0,18	Dezembro/2025: 0,33	Janeiro/2026: 0,33	Fevereiro/2026: 0,70	Março/2026: 0,88
				177.815	25/5	(-0,18%)	20/maio: 5,003									
							21/maio: 5,001									
							22/maio: 5,028									

Operação Compliance Zero

FGC ampliado gera distorção, diz Galípolo

Presidente do BC afirma que o Fundo Garantidor de Crédito foi criado para proteger investidores de varejo e alerta que aumento do limite para beneficiar fundos de previdência pode desequilibrar relação entre risco e retorno do sistema financeiro

» RAFAELA GONÇALVES

Raphael Ribeiro/BC



Galípolo é contra a adoção de medidas para ressarcir fundos de previdência que aplicaram quase R\$ 2 bilhões em papéis podres do Master

O presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, vê com receio propostas de ampliação da proteção do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) por considerar que mudanças podem distorcer a finalidade original do mecanismo. O comentário foi uma resposta indireta à proposta apresentada pelo presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, senador Renan Calheiros (MDB-AL), para ampliar a cobertura do FGC a depósitos feitos por Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) e entidades de previdência complementar no Banco Master.

Segundo Galípolo, o FGC foi criado para proteger investidores de varejo, e não investidores institucionais ou profissionais. Ele destacou que o valor médio dos ressarcimentos pagos pelo fundo é muito inferior ao teto atual de R\$ 250 mil, o que, na avaliação dele, sinaliza cautela para eventuais mudanças nas regras.

"Tenho bastante receio de a gente provocar uma distorção sobre o que é a finalidade do FGC, e que a gente passe a atribuir, com tíquetes maiores, um risco maior que desequilibre essa equação que a gente falou sobre probabilidade de ocorrência de sinistros", disse ele, na apresentação do Relatório de Estabilidade Financeira (REF) do segundo semestre de 2025, ontem, na sede do BC.

Galípolo ressaltou que investidores institucionais assumem riscos ao buscar maior rentabilidade nas aplicações financeiras. "Quem está do outro lado do balcão, tomando decisões de investimento, só recebe prêmio porque assumiu riscos. Então, faz parte desse processo tomar decisões e, a partir delas, avaliar a relação entre risco e retorno", disse.

Galípolo também afirmou que não cabe ao Banco Central avaliar

diretamente a proposta em tramitação no Congresso, mas reforçou a preocupação com possíveis impactos sobre o funcionamento do FGC.

Proposta

A proposta apresentada pelo senador Renan Calheiros prevê a inclusão de um novo artigo na Lei 9.710/1998 para garantir cobertura integral aos depósitos realizados por regimes próprios de previdência e entidades de previdência complementar de estados, municípios e do Distrito Federal no conglomerado do Banco Master.

O texto estabelece que a proteção não ficará sujeita aos limites atualmente previstos nas regras do FGC, ampliando a cobertura para

além do teto definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Na justificativa do projeto, Renan afirma que a medida busca proteger fundos de previdência que teriam cometido o "equivoco" de aplicar recursos no banco em meio a um "imbróglio" envolvendo suspeitas de desvio de recursos e indícios de corrupção.

O senador ressalta, porém, que a proposta não impede a apuração de responsabilidades. Segundo o texto, gestores públicos poderão ser investigados e eventualmente responsabilizados em casos de dolo ou má-fé.

Após a apresentação à Mesa Diretora do Senado, a proposta aguarda despacho do presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP),

que decidirá quais comissões irão analisar o projeto. Ainda não há previsão para o encaminhamento.

Rombo

Dados do Ministério da Previdência mostram que 18 fundos de pensão de servidores públicos acumularam cerca de R\$ 1,8 bilhão em investimentos ligados ao Banco Master, instituição controlada pelo banqueiro Daniel Vercaro, alvo de investigações por suspeitas de crimes como fraude bancária.

Os recursos foram aplicados, principalmente, em letras financeiras emitidas pelo Master — títulos usados pelo banco para ampliar a captação depois que o Banco Central endureceu as regras

para emissão de Certificados de Depósito Bancário (CDBs) voltados a investidores pessoa física, até então, a principal fonte de recursos da instituição.

A maior exposição está concentrada no Rioprevidência, fundo de previdência dos servidores do Estado do Rio de Janeiro. A entidade investiu cerca de R\$ 1 bilhão em letras financeiras emitidas entre outubro de 2023 e agosto de 2024, com vencimentos previstos para 2033 e 2034.

Na sequência, aparece a Amprev, do Amapá, com, aproximadamente, R\$ 400 milhões aplicados em papéis do Banco Master. O fundo tem entre os integrantes do conselho o advogado Alberto Alcolumbre, irmão de Davi Alcolumbre. **(Com informações da Agência Estado)**

Sistema é saudável

A liquidação extrajudicial de instituições ligadas ao conglomerado Master não trouxe risco sistêmico para o Sistema Financeiro Nacional (SFN), segundo avaliação do Banco Central no Relatório de Estabilidade Financeira (REF), divulgado ontem. Para a autoridade monetária, o episódio colocou à prova os mecanismos de proteção do sistema bancário, mas sem gerar contaminação relevante no mercado.

No documento, o BC afirma que "os mecanismos de proteção associados ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC) foram acionados conforme o modelo institucional vigente, evidenciando a capacidade de absorção de choques e a resiliência do sistema financeiro".

Após a liquidação, os recursos pagos pelo FGC migraram principalmente para bancos de maior porte. Entre 19 de janeiro e 27 de fevereiro de 2026, o fundo desembolsou R\$ 37,7 bilhões — o equivalente a 93,3% da cobertura estimada de R\$ 40,4 bilhões referente às instituições Master, Master BI e Letsbank.

Do total ressarcido, R\$ 20,77 bilhões foram direcionados para títulos emitidos por instituições financeiras. Segundo o BC, os bancos dos segmentos S1 e S2, que concentram as instituições de maior relevância sistêmica, absorveram a maior parte desses recursos. Para o regulador, o movimento está "em linha com o perfil de atuação esperado em eventos de resolução bancária".

O relatório também destaca que a crise envolvendo o conglomerado Master "não gerou impacto relevante nas taxas praticadas em instrumentos garantidos pelo FGC". Além disso, o BC avalia que o acesso das instituições financeiras ao mercado de captação continuou preservado, reforçando a confiança dos investidores e depositantes no sistema bancário.

Em outro trecho, o Comitê de Estabilidade Financeira (Comef) ressaltou o tamanho reduzido do conglomerado dentro do sistema financeiro. Segundo o documento, as instituições do grupo representavam 0,57% dos ativos totais e 0,55% das captações do SFN. Por isso, o BC concluiu que "tal evento não traz risco de natureza sistêmica".

Apesar do episódio, o Banco Central afirma que o sistema financeiro brasileiro segue resiliente. O REF aponta que o SFN mantém "capitalização e liquidez confortáveis, e provisões adequadas ao nível de perdas esperadas", além de boa resistência nos testes de estresse de capital e liquidez.

O relatório, porém, acende alerta para o crédito. O BC observa que o ritmo de crescimento das concessões desacelerou, acompanhando a moderação da atividade econômica. Nas famílias, a inadimplência continua pressionando a qualidade das carteiras, principalmente entre tomadores de menor renda e em linhas de crédito mais caras. (RG)

Delação de ex-presidente do BRB travada na PF

» RENATO SOUZA

A proposta de delação do ex-presidente do Banco de Brasília (BRB) Paulo Henrique Costa está travada na Polícia Federal (PF). De acordo com fontes ligadas ao caso ouvidas pela reportagem, o avanço das tratativas esbarra na falta de documentos. Esse foi o motivo do advogado Eugênio Aragão ter decidido abandonar o caso, além de uma sustentação frágil das alegações feitas pelo executivo. O conteúdo da delação ainda não foi apresentado oficialmente para os investigadores.

No entanto, na equipe de investigação, a informação é que, até agora, o ex-presidente do banco distrital não apresentou informações que aprofundem o que os investigadores já conseguiram por meio de quebras de sigilo e nas ações de busca e apreensão realizadas no âmbito da Operação Compliance Zero. A delação de Paulo Henrique Costa seria

baseada no "ouvi dizer" e "me disseram que", segundo as fontes. Sem apresentação de provas robustas, os investigadores estão dispostos a rejeitar o acordo.

Com isso, Paulo Henrique Costa pode ser enquadrado com um dos líderes da organização criminosa montada para utilizar o Banco Master para causar prejuízos bilionários aos cofres públicos, além de responder criminalmente por lavagem de dinheiro, tráfico de influência e quebra de sigilo funcional. Antes de firmar um acordo de delação, é necessário que Costa assine um acordo de confidencialidade, o que ainda não aconteceu. A previsão era que o documento fosse assinado nesta semana, mas, diante da troca de advogado, o processo pode atrasar ou, até mesmo, ser suspenso.

Paulo Henrique Costa é apontado pela Polícia Federal como responsável por pressionar integrantes da diretoria financeira do BRB a acelerar

Ed Alves/CB/D.A Press



Para a PF, proposta de delação de Paulo Henrique Costa é frágil

operações bilionárias envolvendo o Banco Master e adotar medidas para maquiagem resultados contábeis da

instituição. As informações constam em mensagens de WhatsApp apreendidas pela Operação Compliance Zero.

As conversas foram extraídas do celular de Paulo Henrique e ocorreram entre novembro de 2024 e janeiro de 2025. As informações foram reveladas pelo Uol e confirmadas pelo **Correio** com investigadores federais. De acordo com as diligências, o BRB intensificou, nesse período, a compra de carteiras de crédito consignado do Banco Master. A PF suspeita que, ao menos, R\$ 12,2 bilhões em ativos adquiridos eram fraudulentos, com créditos que não existiam na origem. O Master enfrentava uma crise de liquidez e, de acordo com os investigadores, Paulo Henrique é suspeito de ter recebido propina para viabilizar os pagamentos ao banco privado.

As mensagens mostram que as primeiras negociações se deram sem análise prévia adequada das carteiras

adquiridas. Em uma conversa registrada após um pagamento de R\$ 181 milhões ao Master, Paulo Henrique questiona ao então diretor financeiro do BRB, Dário Oswaldo Garcia Júnior, sobre a origem da carteira comprada. O executivo respondeu que o ativo informado anteriormente "estava enrolado" e admitiu não entender o surgimento de novas carteiras apresentadas pelo banco privado.

A investigação também aponta tentativas de manipular os balanços do BRB para compensar os prejuízos decorrentes da entrada de ativos considerados podres. Em dezembro de 2024, Paulo Henrique teria orientado Garcia a aumentar o volume de créditos classificados como prejuízo, o que elevaria artificialmente o resultado obtido na venda dessas carteiras inadimplentes. Em uma das mensagens, o então presidente escreveu: "Precisamos aumentar principalmente o prejuízo, para aumentar o resultado da cessão".